

## Cardeal Tempesta

Entre a terra e o céu

PÁGINA 9

## STF

### Governo Lula oficializa indicação de Jorge Messias

A Presidência da República informou ter feito a entrega, na tarde desta quarta-feira, da documentação do advogado-geral da União, Jorge Messias, formalizando sua indicação à vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A documentação era aguardada para dar sequência ao processo de análise do nome do advogado, que será agora apreciado pelo Senado Federal. O envio foi confirmado pela Secretária de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. A indicação oficial ocorre pouco mais de quatro meses após o anúncio do nome pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 20 de novembro do ano passado. A escolha do indicado é uma prerrogativa constitucional exclusiva do presidente da República. Para tomar posse, no entanto, Messias precisará passar por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e ter o nome aprovado em votação tanto no colegiado quanto no plenário da Casa. A escolha da relatoria e a definição das datas da sabatina e da votação em plenário caberá agora ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). **PÁGINA 9**

## SEMANA SANTA

### Cesta de produtos de Páscoa tem queda de 5,73% este ano

A mesa de Páscoa vai pesar menos no bolso do brasileiro pelo segundo ano seguido. Uma cesta de produtos alimentícios, que inclui os tradicionais chocolates e o bacalhau, vai custar 5,73% a menos do que há 12 meses. Em 2025, o recuo nos preços foi de 6,77%. A constatação é de levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre)

da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado às vésperas do domingo de Páscoa. Para efeito de comparação, a inflação geral do consumidor, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Mensal (IPC-10) da FGV, marcou alta de 3,18% no período de abril de 2025 a março de 2026. **PÁGINA 2**

## EM 5 ANOS



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

### Petrobras estuda fazer Brasil autossuficiente em óleo diesel

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto), afirmou ontem que a empresa estuda a possibilidade de fazer o país ser autossuficiente na produção de óleo diesel dentro de cinco anos. O combustível enfrenta uma escalada recente de preço global por causa da guerra no Irã. Atualmente o Brasil precisa importar cerca de 30% do óleo diesel consumido no país, um derivado do petróleo utilizado por caminhões,

ônibus e tratores. Chambriard explicou que o plano de negócios da companhia tinha como objetivo o "ideal" de chegar a 80% da demanda, com expansão de cerca de 300 mil barris de diesel por dia em cinco anos. "Estamos revendo esse plano e nos perguntando se podemos chegar a 100% em cinco anos", afirmou ela, durante um evento sobre energia promovido pela rede de TV CNN Brasil, em São Paulo. **PÁGINA 3**

## DOENÇA

### Ministério confirma caso de sarampo em mulher no Rio

O Ministério da Saúde confirmou ontem um caso de sarampo na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a pasta, trata-se de uma mulher de 22 anos, sem registro de vacinação, que trabalha em um hotel no município. Em nota, o ministério informou que, após a notificação, foram adotadas medidas imediatas de investigação, vacinação de bloqueio na residência da paciente, no local de trabalho e no serviço de saúde, além de uma varredura na região. **PÁGINA 10**

## CONGRESSO



RICARDO STUCKERT/PR

### Lula enviará projeto sobre fim da escala 6x1

O governo Lula (foto) bateu o martelo e decidiu enviar um projeto de lei com urgência constitucional sobre o fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, de acordo com fontes do Planalto. Segundo integrantes do governo, o envio do projeto deve ocorrer nos próximos dias. Dois fatores contribuíram para a tomada da decisão, afirmam auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). **PÁGINA 3**

## INDICADORES

IBOVESPA -0,64% / 181.556,76 / -1.175,91 / Volume: 28.250.411.755 / Negócios: 3.557.257				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,73% (fev.)	EURO turismo	Compra: 6,1132	Venda: 6,2932		
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Taxa Selic		IPC	0,56% (fev.)	DÓLAR comercial	Compra: 5,2376	+0,13%
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(18/03)	(18/03)	14,65%	DÓLAR turismo	Compra: 5,2408	Venda: 5,2414
PETR4	49,41	+2,89	+1,39	AZTE3	0,370	+23,33	+0,070	DASA3	2,78	-18,48	-0,63	S&P 500	6.368,85	-1,67
B3SA3	17,21	-3,15	-0,56	AZEV4	0,20	+11,11	+0,02	IFCM3	0,800	-16,67	-0,160	NASDAQ Composite	20.948,356	-2,15
RAIZ4	0,510	-7,27	-0,040	RCSL4	1,01	+10,99	+0,10	NORD3	2,30	-14,81	-0,40	Nasdaq 100	23.132,771	-1,93
ITUB4	41,45	-1,17	-0,49	DOTZ3	2,950	+10,90	+0,290	SYNE3	4,13	-12,13	-0,57	Euronext 100	1.707,75	-0,82
CSAN3	5,11	-2,67	-0,14	INEP3	1,40	+9,37	+0,12	BRKM5	9,05	-10,84	-1,10	CAC 40	7.701,95	-0,87

**MERCADOS**

## Bovespa tem leve alta, perto dos 188 mil pontos; dólar cai 0,42%

LUÍS EDUARDO LEAL /AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) buscou subir de casa neste começo de abril e de segundo trimestre, ensaiando retomar os 188 mil pontos ou mesmo os 189 mil no melhor momento da sessão. Ontem, oscilou dos 187.255,65 até os 189.130,90 pontos, tendo saído de abertura aos 187.462,68 pontos. Ao fim, marcava 187.952,91 pontos, em alta muito suavizada a 0,26%, com giro financeiro a R\$ 36,7 bilhões. A expectativa de que um cessar-fogo no Oriente Médio de fato esteja mais próximo também estimulou o apetite por risco em Nova York, onde os ganhos na sessão chegaram a 1,16% (Nasdaq) no fechamento, apesar de terem sido moderados, também, rumo ao fim da tarde.

Em relatório, o Goldman Sachs observa que, entre os emergentes, países como Brasil, África do Sul e Coreia do Sul parecem melhor posicionados para cenários de recuperação do que os do Sul da Ásia. "Brasil se destaca como um relativo beneficiário por ser um exportador líquido de petróleo, e aguentou melhor esse período devido aos ganhos do setor de energia", observa o banco.

Na B3, à exceção de Petrobras (ON -3,67%, PN -2,67%), que acompanhou o ajuste do petróleo na sessão, as demais blue chips operaram em alta, com destaque para o setor financeiro, tendo Banco do Brasil (ON +2,74%) à frente. Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu 0,63%. Na ponta ganhadora do índice, Cyrela (PN +4,74%, ON +4,39%), Embraer (+4,74%), Cury (+4,32%) e Gerdau (+3,79%). No lado oposto, além de Petrobras, destaque para MBRF (-3,93%), Braskem (-3,72%) e Brava (-3,65%).

Entre as empresas mais favorecidas, estiveram as de segmentos sensíveis a juros, como as do imobiliário (além de Cyrela e Cury, Allos +2,11%), siderúrgicas (além de Gerdau, CSN +3,00%), e as do setor financeiro (além de BB, destaque para Santander Unit +1,83%), bem como outras empresas cíclicas como Localiza (ON +1,64%, PN +0,77%).

Ontem, os contratos do Brent para junho fecharam em baixa de 2,7%, a US\$ 101,16 por barril, em Londres. Em Nova York, o WTI, referência dos EUA, cedeu 1,24%, a US\$ 100,12 por barril, nos contratos para maio.

**DÓLAR**

O dólar iniciou abril em queda firme no mercado local, alinhado ao comportamento global da moeda norte-americana, e fechou no menor nível desde fins de fevereiro, antes da eclosão da guerra no Irã. Novos sinais de que os Estados Unidos buscam abreviar o conflito no Oriente Médio abriram espaço para continuidade do movimento de baixa do petróleo e de recuperação dos ativos de risco observado na terça-feira, última sessão de março.

Pela manhã nesta quarta-feira, a divisa chegou a romper o piso de R\$ 5,15 e registrou mínima de R\$ 5,1481, mas moderou o ritmo de queda ao longo da tarde em sintonia com o exterior.

No fim da sessão, o dólar à vista recuava 0,42%, a R\$ 5,1566 - menor valor de fechamento desde 27 de fevereiro (R\$ 5,1340), véspera dos ataques conjuntos de EUA e Israel ao Irã. Com o tombo na terça e na quarta-feira, a moeda norte-americana já acumulou a desvalorização de 1,62% na semana. No ano, o dólar cai 6,06%

**SEMANA SANTA**

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A mesa de Páscoa vai pesar menos no bolso do brasileiro pelo segundo ano seguido. Uma cesta de produtos alimentícios, que inclui os tradicionais chocolates e o bacalhau, vai custar 5,73% a menos do que há 12 meses. Em 2025, o recuo nos preços foi de 6,77%.

A constatação é de levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada às vésperas do domingo de Páscoa.

Para efeito de comparação, a inflação geral do consumidor, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Mensal (IPC-10) da FGV, marcou alta de 3,18% no período de abril de 2025 a março de 2026.

No entanto, olhando de forma isolada, alguns produtos sobem mais que a inflação geral:

- Inflação geral: 3,18%
- Bombons e chocolates: 16,71%
- Bacalhau: 9,9%
- Sardinha em conserva: 8,84%
- Atum: 6,41%

Entre os itens que ajudaram a inflação da Páscoa ficar negativa figuram:

- Arroz: -26,11%
- Ovos de galinha: -14,56%
- Azeite: -23,20%

Os pescados frescos subiram 1,74%; e os vinhos, 0,73%.

Nas últimas quatro Páscoa, duas foram de inflação positiva e duas de deflação (queda média de preços), quando compa-

radas ao ano anterior.

- 2026: -5,73%
- 2025: -6,77%
- 2024: 16,73%
- 2023: 13,16%

De acordo com o economista Matheus Dias, do Ibre/FGV, a variação acumulada dos preços de Páscoa nos últimos quatro anos foi de 15,37%. Essa alta ficou abaixo da inflação geral ao consumidor, calculada pelo IPC-10, que marcou 16,53% de abril de 2022 a março de 2026.

Nesse período, bombons e chocolates ficaram 49,26% mais caros. O bacalhau subiu 31,21%; o atum, 38,98%, e o azeite, 34,74%.

Viram o preço cair a batata inglesa (-16,02%) e a cebola (-15,44%).

**INDUSTRIALIZADOS**

Matheus Dias destaca que os repasses de quedas provenientes de melhoras na produção agrícola são mais complexos e apresentam defasagens mais longas em produtos industrializados.

Ele exemplifica com o chocolate. Mesmo com o cacau, principal matéria-prima, registrando quedas no mercado internacional desde outubro de 2025, chegando a recuar cerca de 60% em relação aos últimos 12 meses, os preços dos chocolates ao consumidor seguiram em alta de 16,71% no período.

"Em produtos mais industrializados, a queda da matéria-prima demora a chegar ao bolso do consumidor nos últimos anos", explica.

**CONCENTRAÇÃO**

Na terça-feira passada, ao divulgar um estudo sobre a inflação de alimentos no Brasil, o economista Valter Palmieri Júnior, doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explicou que um dos fatores de alta consistente nos preços é a concentração, que tende a diminuir a concorrência entre empresas.

No levantamento, ele aponta que cinco marcas de bombons e chocolates de três empresas alcançam 83% do mercado.

**INDÚSTRIA**

Procurada pela Agência Brasil para fazer comentários sobre o preço dos chocolates, a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab) informou que o valor não é determinado apenas pelo cacau.

"Outros insumos como leite, açúcar, frete (uso de caminhões frigoríficos, já que se trata de carga perecível) e variação do dólar devem ser levados em conta", ressalta a entidade.

A Abicab explica ainda que cada empresa tem a própria política de preço e que a indústria acompanha oscilações naturais do mercado e cria alternativas de venda de produtos "para todos os paladares e adaptadas às várias faixas de consumo".

Este ano, de acordo com a associação, foram colocados 800 itens no mercado, com 134 lançamentos, contra 611 ano passado.

Os representantes da indús-

tria detalham que, em 2024, o fenômeno El Niño (aquecimento anormal das águas da porção leste da região equatorial do Oceano Pacífico) devastou plantações.

Os países africanos Gana e Costa do Marfim, responsáveis por 60% da produção mundial de cacau, foram atingidos, e o mercado ficou com um déficit de 700 mil toneladas, segundo a Abicab.

A falta do produto levou o preço da tonelada, negociada na Bolsa de Nova York, a subir quatro vezes, para US\$ 11 mil -equivalente hoje a cerca de R\$ 56,7 mil.

De acordo com a Abicab, "apenas 10% desse impacto se refletiu no preço final".

Hoje a cotação beira US\$ 3,3 mil.

**EMPREGOS**

A indústria de chocolates ressalta que "a expectativa para esta Páscoa é positiva porque vivemos estabilidade econômica, com a menor taxa histórica de desemprego".

Na estimativa da Abicab, o número de empregos temporários é de 14,6 mil, 50% a mais que em 2025, frisando que as contratações costumam se iniciar em agosto do ano anterior. Desses, 20% acabam se tornando fixos, com carteira assinada, de acordo com a associação.

Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva revelou que 90% dos consumidores pretendem comprar produtos relacionados à Páscoa neste ano.

**REMÉDIOS**

## Cmed libera aumento de até 3,81% para preço dos medicamentos

GABRIEL DAMASCENO/AE

A partir desta quarta-feira, os preços dos medicamentos podem ser reajustados em até 3,81%, conforme determinação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), trata-se da menor variação dos últimos 20 anos.

"A redução consecutiva do índice desde 2023 reforça a importância da regulação para proteger o consumidor de preços abusivos. Nos anos anteriores, houve um aumento expressivo do percentual, ultrapassando 10%", destaca a agência, em nota.

O reajuste é categorizado em três grupos principais, cada um com percentuais de aumento distintos:

- 3,81% para medicamentos com concorrência;
- 2,47% para medicamentos de média concorrência;
- 1,13% para medicamentos de pouca ou nenhuma concorrência.

Vale destacar que nem todas as categorias de medicamentos seguem essa lógica de reajuste. Fitoterápicos, medicamentos homeopáticos e determinados produtos isentos de prescrição com alta concorrência no mercado estão sujeitos a regras específicas dentro do sistema de regulação de preços.

A Anvisa ainda ressalta que o reajuste não necessariamente atinge todos os produtos. "Na prática, fabricantes e farmácias podem aplicar reajustes inferiores ou até manter os preços atuais, dependendo das condições do setor e do nível de concorrência entre as empresas."

"A regulação econômica dos medicamentos no Brasil garante a proteção do consumidor e, ao mesmo tempo, busca a sustentabilidade do setor para a continuidade do fornecimento de medicamentos no País", adiciona.

**GUERRA NO ORIENTE**

## Petrobras reajusta preço do querosene de aviação em 55%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem o reajuste médio de 55% no preço do querosene de aviação (QAV), combustível derivado do petróleo que abastece aviões e helicópteros e é um dos principais custos das companhias aéreas.

O preço do QAV é estipulado pela Petrobras mensalmente, sempre no dia 1º. O reajuste deste mês acontece no momento em que o mundo enfrenta uma escalada no preço do barril de petróleo por causa da guerra no Irã.

No início de março, o reajuste médio do QAV havia sido de 9%; e em fevereiro, de -1%, ou seja, o

combustível tinha ficado mais barato.

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), órgão regulador do setor aéreo, combustíveis representaram cerca de 30% dos custos totais das companhias aéreas.

**REFINARIAS**

A tabela com os novos preços está publicada no site da companhia.

A relação traz 14 pontos de venda. Os reajustes variam de 53,4% a 56,3%. Em Ipojuca, região metropolitana do Recife, onde fica a refinaria Abreu e Lima, o preço do litro passou de R\$ 3,49 para R\$ 5,40.

**CONCESSÃO**

## Brasília: TCU inclui 10 aeroportos regionais no programa AmpliAR

JOÃO CAIRES E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, o acordo para repactuação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Brasília, prevendo a inclusão de 10 aeroportos

regionais do programa AmpliAR no contrato de concessão.

A solução, construída em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), estabelece a realização de um procedimento competitivo simplificado em 2026 para re-

definir o operador da concessão. A atual concessionária, a Inframerica, deverá participar da disputa, mas não terá garantia de permanência no ativo.

O novo contrato prevê a substituição da outorga fixa por uma contribuição variável, vinculada à receita bruta da concessão, com

lance mínimo equivalente a 5,9% da receita bruta da concessão, alinhando o modelo às práticas mais recentes do setor aeroportuário.

Como contrapartida, o vencedor da disputa assumirá, além da operação do Aeroporto de Brasília, a gestão de 10 aeroportos regionais localizados no Centro-Oeste, além de unidades no Paraná e na Bahia. Os ativos incluídos são considerados deficitários e foram incorporados à modelagem como forma de ampliar a conectividade aérea e viabilizar sua operação por meio de subsídio cruzado.

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

## EM 5 ANOS

# Petrobras estuda fazer Brasil autossuficiente em diesel

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou ontem que a empresa estuda a possibilidade de fazer o país ser autossuficiente na produção de óleo diesel dentro de cinco anos.

O combustível enfrenta uma escalada recente de preço global por causa da guerra no Irã. Atualmente o Brasil precisa importar cerca de 30% do óleo diesel consumido no país, um derivado do petróleo utilizado por caminhões, ônibus e tratores.

Chambriard explicou que o plano de negócios da companhia tinha como objetivo o "ideal" de chegar a 80% da demanda, com expansão de cerca de 300 mil barris de diesel por dia em cinco anos.

"Estamos revendo esse plano e nos perguntando se podemos

chegar a 100% em cinco anos", afirmou ela, durante um evento sobre energia promovido pela rede de TV CNN Brasil, em São Paulo.

"Muito provavelmente, porque a Petrobras adora desafios, quem sabe a gente chega com a possibilidade de ter um novo plano de negócios capaz de entregar a autossuficiência do Brasil em diesel", completou.

O plano de negócios da companhia começará a ser discutido em maio, segundo adiantou a presidente da estatal. A divulgação costuma ser em novembro.

## REFINARIAS

De acordo com Magda Chambriard, a expansão da produção de diesel pela Petrobras pode ser alcançada com uma série de ações já em curso.

Uma delas é a expansão da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Ipojuca, região metropolitana do Recife. Magda explicou

que a refinaria foi projetada para entregar 230 mil barris de diesel por dia, mas com ampliações e renovações chegará a 300 mil barris diários.

Outro ponto de ação é o aumento de produção de Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, que, associada ao Complexo de Energias Boaventura (antigo Comperj), terá a capacidade atual de 240 mil barris por dia alçada para cerca de 350 mil.

A presidente da Petrobras informou que a busca por mais produção está sendo feita em todas as refinarias da empresa. Ela citou que, nas quatro localizadas em São Paulo, estão sendo feitas adaptações nas plantas para reduzir a produção de óleo combustível (usado em fornos, caldeiras e motores de turbinas de termelétricas) e priorizar a entrega de diesel.

"Diesel é o combustível mote do desenvolvimento nacional. A

gente aumentando [a produção de] diesel, a gasolina vem junto, os dois principais produtos Petrobras", afirmou.

## PREÇO DO DIESEL

Do início da guerra no Irã, em 28 de fevereiro, até a semana terminada em 22 de março (do mais recente), o preço do óleo diesel S10 (menos poluente) subiu cerca de 23% no país, de acordo com o painel de acompanhamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor.

No último dia 14, a Petrobras colocou em prática um reajuste de R\$ 0,38.

O governo tomou medidas para frear a alta, como a zeração das alíquotas dos dois tributos federais que incidem sobre o combustível (PIS e Cofins), além de subvenção (espécie de reembolso) para produtores e importadores do óleo.

## NOVO PROGRAMA

# Renegociação de dívidas deve ter descontos de até 80%

CÍCERO COTRIM/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o novo programa de renegociação das dívidas das famílias em estudo pela pasta deve oferecer descontos de até 80% em relação aos débitos, com os 20% restantes sendo renegociados. Ele afirmou que a medida deve ser publicada em um prazo de cerca de dez dias.

Em um trecho de uma entrevista à Globonews, publicado no jornal O Globo, o ministro afirmou que o governo pode oferecer garantias no processo de renegociação.

Como mostrou o Grupo Estado, essas contrapartidas são consideradas importantes para que o programa resulte em descontos relevantes.

"Ainda que você negocie

80% de desconto, sobra 20% da dívida a ser refinanciada. Af o governo pode vir e dizer, bancos, fintechs, operadoras de crédito, renegociem a dívida com desconto amplo, mas deixem aqui uma nova taxa de juros para o que tem que ser refinanciado e o governo faz uma espécie de garantia junto com os bancos", disse Durigan, explicando que a ideia é aprimorar o modelo do Desenrola.

O ministro disse não ser "simpático" à ideia de isentar do IOF as instituições financeiras que fizerem a renegociação.

No mercado, considera-se que uma das opções da Fazenda seria transformar essas renegociações em um tipo de benefício tributário, em vez de aportar recursos diretamente para garantir os descontos.

## URGÊNCIA

# Lula enviará ao Congresso projeto de lei sobre fim da escala 6x1

DANIELLE BRANT/AE

O governo Lula bateu o martelo e decidiu enviar um projeto de lei com urgência constitucional sobre o fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, de acordo com fontes do Planalto. Segundo integrantes do governo, o envio do projeto deve ocorrer nos próximos dias.

Dois fatores contribuíram para a tomada da decisão, afirmam auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O primeiro deles é a percepção, dentro do governo, de que a matéria está tendo uma tramitação lenta na Câmara.

Atualmente, a discussão principal sobre o fim da escala 6x1 ocorre no âmbito de uma proposta de emenda à Constituição da deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

Em fevereiro, o presidente da

Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu encaminhar a medida para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em uma tentativa de dar protagonismo para o Congresso.

Desde o começo, porém, a tramitação mais demorada de uma PEC provocou críticas de governistas. Além da CCJ, a proposta ainda precisa passar por uma comissão especial. Por isso, havia um temor de que esse cronograma jogasse o tema para depois das eleições, o que atrapalharia os planos do governo de usar a medida como bandeira eleitoral.

O projeto de lei com urgência constitucional obrigaria os deputados a se debruçarem sobre a proposta em até 45 dias, sob risco de travar a pauta da Casa. O Senado teria o mesmo prazo.

Outro fator que pesou foi que o projeto de lei abre possibilidade para veto presidencial, algo

que não ocorre com a PEC, que é promulgada pelo Congresso. Com isso, o Planalto teria a palavra final sobre o texto.

Apesar de a decisão ter sido tomada, auxiliares de Lula defendem que o governo procure Motta antes de encaminhar formalmente o projeto de lei. O objetivo é minimizar o potencial mal-estar que será criado com o envio da proposta.

Motta já declarou publicamente que deseja votar a PEC em maio. Pelo cronograma desenhado pelo relator da proposta na CCJ, deputado Paulo Azi (União-BA), a última audiência pública sobre o tema ocorre no próximo dia 7, com a participação de representantes de confederações setoriais.

A seguir, Azi elaboraria seu relatório, que ainda teria um pedido de vista antes de ser votado. Se aprovado, o texto seguiria para a comissão especial, que

analisa o mérito.

O projeto de lei com urgência constitucional, se enviado na próxima semana, poderia ser votado até meados de maio na Câmara e antes do recesso parlamentar no Senado. Isso daria tempo para o governo usar como bandeira em sua campanha, e também atenderia os parlamentares interessados em pegar carona na popularidade do tema.

Além da PEC, a Câmara também debate o tema em um projeto de lei da deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), que tramita na Comissão de Trabalho. A proposta, no entanto, também enfrenta resistência.

## INDÚSTRIA

# Insumos têm maior alta de custo em 18 meses

EDUARDO LAGUN/AE

A escalada dos conflitos no Oriente Médio puxou a alta mais acentuada nos custos de insumos utilizados pela indústria brasileira em 18 meses. Os participantes da pesquisa feita pela S&P Global na apuração do Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) ligaram a alta à guerra no Oriente Médio e ao aumento nos preços internacionais do petróleo.

O choque inflacionário está sendo repassado aos clientes, com os preços de venda atin-

gindo o maior patamar em 20 meses.

Segundo a S&P, o movimento ameaça enfraquecer ainda mais a demanda, num momento em que a indústria de transformação dá sinais de uma contração mais suave, com índice de 49 em março. Leituras abaixo de 50 indicam baixa na atividade do setor.

Conforme o relatório da S&P, os dados indicam pressões inflacionárias crescentes, desafiando a recuperação do setor.

As fábricas, mostra o levantamento, subiram seus preços de venda no ritmo mais forte em 20

meses, igualando os picos de agosto de 2024 e de fevereiro de 2025. O movimento revela uma tentativa de proteger as margens de lucro.

O otimismo empresarial caiu para o menor nível em onze meses, dadas as preocupações com a concorrência e a guerra no Oriente Médio, além das incertezas relacionadas às eleições deste ano.

A avaliação é de que os dados de março retratam um quadro complexo para a indústria brasileira, onde os choques de custos externos neutralizam os esforços de recuperação.

primeiro trimestre, foram vendidos 37,6 mil carros da marca no Brasil, 73,7% acima do número registrado nos três primeiros meses de 2025. Os números foram antecipados pela empresa, já que o balanço oficial só será divulgado pela Fenabreve, a associação das concessionárias, na terça-feira, com possíveis ajustes. Depois de se tornar, em fevereiro, o primeiro carro elétrico a liderar as vendas fechadas em showroom, superando modelos movidos a gasolina ou etanol, o Dolphin Mini repetiu o feito no mês passado, com mais de 6 mil unidades vendidas no varejo.

## Nota

## BYD TEM EM MARÇO MELHOR MÊS EM VENDAS NO BRASIL

A BYD teve no mês passado o melhor resultado em vendas desde que desembarcou, quatro anos atrás, no Brasil. No total, a marca chinesa vendeu 16,4 mil carros no País, o dobro do volume de março do ano passado (8 mil). O desempenho supera os 15,7 mil carros vendidos pela BYD em dezembro, recorde anterior, e foi puxado pelo subcompacto elétrico Dolphin Mini que seguiu, em março, como o modelo mais vendido no varejo brasileiro. No

**SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Nos termos dos Estatutos do SINEPE RIO e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 09 de abril de 2026, no auditório do Sinepe Rio - Rua da Assembleia, 77, 22º andar - Centro. A primeira convocação será às 11h e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 11:30h, com o objetivo de cumprir a seguinte ordem do dia: A) Deliberação e aprovação da Convenção Coletiva dos Auxiliares de Administração Escolar 2026/2027; B) Deliberação e aprovação da Contribuição Assistencial; C) Assuntos gerais.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2026.  
Frederico Venturini Barbosa  
Presidente

**Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.  
Escola forte tem sindicato forte.**

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2026**

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.010/2026 no dia 22/04/2026 às 11h00min. Objeto: **LANÇAMENTO DE CÂNULA FEMORAL ARAMADA ARTERIAL INFANTIL, 7 OU 8 FR. LUER LOCK; CÂNULA FEMORAL ARAMADA ARTERIAL, 15 A 16 FR. LUER LOCK; CÂNULA EM PVC FEMORAL ARAMADA EM AÇO INOX VENOSA ADULTO 19 OU 20 FR; KIT PERCUTÂNEO PARA CÂNULA FEMORAL ARTERIAL - MATERIAL ESPECIAL CARDIOVASCULAR, APLICAÇÃO\* P/ACESSO PERCUTÂNEO DE CÂNULA ARTERIAL FEMORAL, COMPONENTE 1 C/ AGULHA PUNÇÃO, FIO GUIA E DILATADORES, APRESENTAÇÃO CONJUNTO COMPLETO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL.** Processo nº. 33409.008526/2025-61. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**MRS LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565  
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas:** Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Em Primeira Convocação: Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (2) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (3) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como sobre a distribuição de dividendos, a aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e sobre a retenção de parcela de lucros, conforme proposta dos órgãos da administração, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; (4) Fixar a remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (5) Eleição de 2 (dois) membros para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição aos ex-Conselheiros que renunciaram aos seus cargos, para exercerem o cargo até o término do mandato dos membros substituídos; (6) Deliberar sobre a celebração de contrato com parte relacionada, nos termos do artigo 122, x, da Lei 6.404/76, para Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e Eventuais Operações Acessórias a ser celebrado com Vale S.A.; (7) Deliberar sobre a celebração do 8º Termo Aditivo de contrato com parte relacionada, nos termos do artigo 122, x, da Lei 6.404/76 para Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Carga e Serviços Acessórios a ser celebrado com a CSN Mineração S.A.; (8) Autorizar que os Administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação da celebração dos contratos listados nos itens (6) e (7) acima, bem como autorizar o Conselho de Administração a celebrar exclusivamente eventuais aditivos que não alterem substancialmente o objeto, as condições econômicas ou os demais elementos essenciais dos referidos contratos, nos termos dos critérios previamente estabelecidos; **Em Segunda Convocação: Em Assembleia Geral Extraordinária:** (9) Deliberar sobre a Proposta de alteração do objeto social da Companhia para melhor adequação das atividades existentes e inclusão de novas atividades, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; e (10) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (9) acima. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) Pessoas Físicas: Documento de identidade. b) Pessoa Jurídica: Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item "c" abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) Procuradores: O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e firma reconhecida e documento de identidade do procurador. d) Acionistas estrangeiros: os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 26 de abril de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data, 31 de março de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 28 de abril de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico [ago@mrs.com.br](mailto:ago@mrs.com.br), devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Tendo em vista a Resolução CVM nº 81/2022 e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo necessário para que seja adotado o processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. A facilidade deve ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até às 11:00 horas do dia 28 de abril de 2026, horário de Brasília, conforme o §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br> / Rio de Janeiro, 31 de março de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

## AGRESSORES

## São Paulo vai ampliar monitoramento por tornozeleira eletrônica

O Governo de SP e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) assinaram na segunda-feira um termo de cooperação que autoriza a expansão do monitoramento de agressores de mulheres por meio da tornozeleira eletrônica para todo o estado. Com essa autorização, a Secretaria da Segurança Pública poderá iniciar uma nova contratação de equipamentos com o compromisso de fomentar a utilização dos equipamentos pelo TJ-SP.

“A ampliação do monitoramento por tornozeleira eletrônica reforça a proteção às mulheres e garante que agressores cumpram as medidas determinadas pela Justiça. Com mais equipamentos e planos estratégicos regionais, vamos atuar de forma mais rápida e eficiente, prevenindo novas agressões”, disse o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.

O termo prevê que cada região do estado firmará um plano estratégico territorial para a utilização das tornozeleiras, que precisa passar pela aprovação dos órgãos envolvidos no acordo. “A partir do

momento em que o Estado adquirir mais equipamentos, os juizes de cada região já estão autorizados para estabelecer as regras para a utilização do serviço”, explica o tenente-coronel Rodrigo Vilardi, coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

Atualmente, há 1.250 equipamentos destinados ao monitoramento, entre tornozeleiras e dispositivos. “A ideia é que até o final do ano esse número seja duplicado”, complementa Vilardi.

O Estado de São Paulo é pioneiro no uso da tecnologia para monitorar infratores que cumprem pena em regime aberto ou foram beneficiados com liberdade condicional por meio do uso de tornozeleiras eletrônicas.

Os equipamentos começaram a ser utilizados em setembro de 2023 na capital paulista, sendo ampliado para as cidades de Santos e Sorocaba. Desde então, já foi utilizado em mais de 1,1 mil agressores, auxiliando em 176 prisões – 123 por descumprimento de medidas protetivas

## GESTÃO TARCÍSIO

# Alesp aprova aumento de 10% para polícias Civil e Militar

A Assembleia Legislativa do Estado (Alesp) aprovou terça-feira passada, por 63 votos a favor e nenhum contrário, o projeto de lei (PL) enviado pelo governador Tarcísio de Freitas que propõe aumento linear de 10% nos salários das Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica. O PL segue para a sanção do governador.

Com a aprovação do reajuste, o estado reforça a valorização dos profissionais. “Desde o primeiro dia de mandato, trabalhamos pela valorização policial dentro de uma gestão fiscal responsável e equilibrada. O objetivo é garantir melhores salários aos profissionais que atuam incansavelmente para combater o crime e proteger a população. A valorização vem não só com reajuste salarial, mas com novas regras que facilitam a progressão nas carreiras de todos os policiais”, disse o governador Tarcísio de Freitas.

Durante a atual gestão, o reajuste médio acumulado para todas as carreiras policiais já al-



GOVERNO DO ESTADO DE SP/DIVULGAÇÃO

cança 35%, ou seja, cerca de 21 pontos percentuais acima da inflação registrada entre 2023 e 2025, período em que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido

pelo IBGE, somou aproximadamente 14%. A atual gestão também incorporou ao orçamento o aumento concedido em 2022, elevando o impacto total para cerca de 55%.

O Estado ainda mantém uma das menores alíquotas de contribuição previdenciária, 10,5%, o que resulta em maior rendimento líquido em comparação com outros Estados.

## 17-OURO

## Mapa atualizado do metrô e dos trens de SP com nova linha

GOVERNO DO ESTADO DE SP/DIVULGAÇÃO



O Governo de São Paulo disponibilizou para download no site da Agência SP o mapa atualizado do metrô e dos trens do transporte metropolitano de São Paulo com a inauguração da Linha 17-Ouro do Metrô, entregue na terça-feira passada.

A nova linha amplia a mobilidade na Região Metropolitana ligando o Aeroporto de Congonhas às linhas 9-Esmeralda e 5-Lilás. Com investimento de R\$ 5,97 bilhões, o ramal deve transportar diariamente cerca de 100 mil passageiros quando atingir a operação plena, prevista para outubro.

Nesta fase inaugural, o ramal realizará operação transi-

tória, com transporte de passageiros disponível de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h. Excepcionalmente, nesta terça, por conta da cerimônia de inauguração, a Linha 17 vai abrir ao público das 16h às 20h.

Com entrega prevista para 2014, quando o Brasil sediou a Copa do Mundo, as obras foram retomadas em setembro de 2023. Desde então, o Governo de São Paulo finalizou oito estações, instalou sistemas de energia, sinalização e telecomunicações, agilizou a fabricação de 14 trens de tecnologia avançada e deu continuidade às obras do Pátio Água Espriada.

## SEM FOGO

## Defesa Civil começa treinamentos para temporada de incêndios

A Defesa Civil do Estado de São Paulo iniciou ontem, em Santo André, a rodada de treinamentos preparatórios para a Operação SP Sem Fogo 2026. A ação marca a transição do período de chuvas para o período de estiagem e dá início à mobilização estadual para prevenção e combate a incêndios.

O primeiro encontro foi realizado no Teatro Municipal de Santo André, e reuniu representantes de 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Ao todo, serão realizados 16 treinamentos em diferentes regiões do estado, contemplando as regiões de Barretos, Registro, Araraquara, São José dos Campos, Itapeva, Sorocaba, Presidente Prudente, Campinas, Franca, Ribeirão Preto, Araçatuba, São José do Rio Preto, Marília, Bauru e novamente a região de Campinas.

As capacitações são voltadas a agentes e gestores municipais de Proteção e Defesa Civil e têm como objetivo fortalecer a atuação local durante o período de estiagem, com foco na prevenção e na resposta a incêndios.

Durante os encontros são



GOVERNO DO ESTADO DE SP/DIVULGAÇÃO

abordados temas como previsão meteorológica para o período seco, operacionalização dos planos de contingência, crimes ambientais e técnicas de combate a princípios de incêndio, além do uso de equipamentos de proteção individual e do apoio às ações do Corpo de Bombeiros.

Um dos destaques desta edição é a capacitação voltada ao atendimento de animais atingidos por queimadas, conduzida

por médicos veterinários voluntários da Defesa Civil — uma iniciativa inédita no âmbito da operação. A formação prepara os agentes para agir em situações que envolvem animais feridos durante ocorrências de incêndio.

Ao final de cada edição, todos os municípios participantes já recebem seus kits estiagem no local. A participação nos treinamentos é um dos critérios para o recebimento dos equipa-

mentos, que incluem itens de proteção individual — como luvas, óculos, capacetes e lanternas — além de materiais utilizados no combate a focos de incêndio, como sopradores e abafadores. Com isso, além da capacitação técnica, o Governo de São Paulo estrutura verdadeiras brigadas municipais, treinadas e equipadas para atuar tanto na prevenção quanto na resposta a incêndios.

“A preparação começa antes do período crítico. Estamos capacitando os municípios para que estejam prontos para agir com rapidez e eficiência, reduzindo riscos e protegendo vidas — humanas e animais. A Operação SP Sem Fogo é uma ação estratégica do Estado para enfrentar a estiagem de forma integrada”, afirma o Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, Coronel PM Rinaldo de Araujo Monteiro.

A iniciativa reforça o compromisso da Defesa Civil do Estado de São Paulo com a prevenção de desastres e a proteção da população, por meio do fortalecimento das capacidades locais e da atuação integrada entre os órgãos envolvidos.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, DA SÉRIE ÚNICA DA 148ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 148ª Emissão, da Série Única da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRA”, “CRA”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o “Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios do Agronegócio, Em Série Única, Da 148ª (Centésima Quadragesima Oitava) Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitizedora S.A., Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Pela Gencau São Paulo – Indústria E Comércio De Ingredientes Alimentícios S.A.” (“Termo de Securitizedora”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA (“Assembleia Especial”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 17 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 17 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), indicando no assunto “Documentos para Assembleia Especial – CRA Gencau – 148ª”, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta Comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM DUAS SÉRIES DA 142ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Emissão, em Duas Séries da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o “Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios Imobiliários para a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Emissão, em 2 (Duas) Séries, da Canal Companhia de Securitizedora”, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia Especial”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 16 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), indicando no assunto “Documentos para Assembleia Especial – CRI RKM – 142ª”, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta Comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA DA 138ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 138ª Emissão, em Série Única da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o “Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios Imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em série única, da 138ª Emissão da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Créditos Imobiliários cedidos pela OXY Companhia Hipotecária S.A.” (“Termo de Securitizedora”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia Especial”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), indicando no assunto “Documentos para Assembleia Especial – CRI Yuny – 138ª”, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta Comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora



# SERTÕES HOLDING S.A.

CNPJ/ME 45.932.052/0001-34

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site [www.V2Energia.com](http://www.V2Energia.com)

## Balancos patrimoniais - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	80	513	12.616	14.555
Contas a receber de clientes	5	-	-	4.967	3.505
Dividendos a receber	6	30.652	14.596	-	-
Tributos a recuperar		-	-	483	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	64.692	56.933
Outros ativos circulantes		10	17	654	645
Total do Ativo Circulante		30.742	15.126	83.412	75.638
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		-	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	706.029	661.463
Investimentos	8	473.326	428.275	-	-
Imobilizado		-	-	44	60
Outros ativos não circulantes		-	-	896	737
Total do Ativo Não Circulante		473.326	428.275	706.969	662.260
Total do Ativo		504.068	443.401	790.381	737.898
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	6	18	1.981	9.055
Empréstimos	10	-	-	13.954	14.437
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	72	1.239	72	1.239
Debêntures	11	-	-	2.940	2.612
Dividendos a pagar	6	22.150	9.978	22.150	9.978
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12.1	-	-	620	543
Outros passivos circulantes		-	-	842	1.027
Total Passivo Circulante		22.228	11.235	42.559	38.891
Não Circulante					
Empréstimos	10	-	-	181.609	188.884
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	120.000	120.000	120.000	14.437
Debêntures	11	-	-	35.089	35.463
Provisão contingente	13	-	-	1.558	688
Impostos Diferidos	12.2	-	-	47.726	41.806
Total Passivo Não Circulante		120.000	120.000	385.982	386.841
Capital social	14	225.057	225.057	225.057	225.057
Reserva de capital	14	36.012	36.012	36.012	36.012
Reserva de lucros	14	100.771	51.097	100.771	51.097
Total Patrimônio Líquido		361.840	312.166	361.840	312.166
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		504.068	443.401	790.381	737.898

## Demonstrações dos resultados - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Receita Líquida	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	15	-	-	118.798	107.326
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	-	-	(7.653)	(24.007)
Amortização da mais valia	8	-	-	(4.149)	(4.151)
Resultado operacional bruto		-	-	106.996	79.168
Despesas e receitas operacionais		(104)	(192)	(851)	(536)
Amortização da mais valia	8	(4.149)	(4.151)	-	-
Participação de equivalência patrimonial	8	87.304	61.459	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		83.051	57.116	106.145	78.632
Despesas financeiras	17	(18.227)	(14.357)	(36.902)	(33.866)
Receitas financeiras	17	24	13	2.267	2.174
Resultado financeiro líquido		(18.203)	(14.344)	(34.635)	(31.692)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		64.848	42.772	71.510	46.940
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	-	(2.815)	(2.611)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	(3.847)	(1.557)
Resultado líquido do exercício		64.848	42.772	64.848	42.772
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	64.848	(2.683)
Acionistas não controladores		-	-	-	(275)

## Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas)

### Em 31/12/2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Sertões Holding S.A. ("Companhia" e "Sertões") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2022 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1801 - Botafogo - Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. A Sertões Holding S.A. foi constituída em março de 2022 com capital social inicial de R\$150,00, com o objetivo de viabilizar a aquisição da parcela remanescente da Lest Transmissora de Energia S.A. ("LEST"). Em 14 de novembro de 2022 se tornou acionista na Lest Transmissora de Energia S.A quando a companhia V21 Energia S.A. transferiu 88,32% das ações os quais detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia constituindo capital social de R\$210.055. Em 23 de dezembro de 2022, passou a deter 100% de participação acionária na LEST, aumentando assim o capital social para R\$290.137. **1.1. Informações sobre a controlada - Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.** - A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Investida") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada Praia de Botafogo, 440, sala 1801 - Botafogo - Rio de Janeiro-RJ. Em 2021 a V21 Energia S.A. era detentora de 100% do capital da Lest, e no dia 23 de dezembro de 2022 a Sertões Holding S.A. comprou as ações da LEST da V21 Energia S.A. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir: **Concessão** - Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento J Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA. Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos. As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. **Receita Anual Permitida - RAP** - O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.348 e 3.481 respectivamente, foi de R\$64.010 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e R\$67.416 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Lest considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório nº 168. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019. A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020. **Encargos regulatórios** - Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Base de elaboração e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: (a) **Contas a receber (ativo da concessão)** - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o exercício da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura. (b) **Avaliação de instrumentos financeiros** - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. (c) **Contrato de concessão** - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas. (d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos** - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. **3. Práticas contábeis materiais:** **3.1. Instrumentos financeiros** - Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. a) **Ativos financeiros** - i) **Classificação e mensuração - Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando

## Demonstrações dos resultados abrangentes - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		64.848	42.772	64.848	42.772
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		64.848	42.772	64.848	42.772

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 dezembro 2023	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 31 dezembro 2023		225.057	36.012	16.910	2.393	-	280.372
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	-	42.772	42.772
Constituição de reserva legal	14	-	-	-	2.854	(2.854)	-
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	29.940	-	(29.940)	-
Distribuição de reserva de lucros	14	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(9.978)	(9.978)
Saldos em 31 dezembro 2024		225.057	36.012	45.850	5.247	-	312.166
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	-	64.848	64.848
Constituição de reserva legal	14	-	-	-	4.151	(4.151)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(15.174)	(15.174)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	-	-	(45.523)	-
Saldos em 31 dezembro 2025		225.057	36.012	91.373	9.398	-	361.840

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		64.848	42.772	71.510	46.940
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:					
Depreciação - imobilizado		-	-	13	18
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		-	-	13.653	14.626
Juros, variações monetárias sobre debêntures		-	-	3.981	3.778
Juros sobre APR		18.181	14.312	18.181	14.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	346
Provisão (reversão) de contingências		-	-	870	(53)
Receita de construção		-	-	-	(21.977)
Remuneração dos ativos da concessão		-	-	(116.337)	(70.789)
Receita de O&M		-	-	(8.341)	(7.626)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada		-	-	444	3.774
Fresh start		-	-	-	(15.644)
PIS e COFINS diferido		-	-	2.075	1.846
Amortização da mais valia/agio		4.149	4.151	4.149	4.151
Equivalência Patrimonial		(87.304)	(61.459)	-	-
Lucro ajustado		(126)	(224)	(9.802)	(26.298)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(1.462)	3.839
Depósitos judiciais		-	-	(159)	(135)
Tributos a recuperar		-	-	(365)	356
Concessão do serviço público (ativo de contrato)		-	-	67.760	58.583
Outros ativos		12	27	(487)	209
Fornecedores e outras contas a pagar		(17)	12	(7.080)	3.912
Outros passivos		-	-	(187)	(128)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(131)	(185)	48.218	40.338
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.369)	(2.376)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(131)	(185)	45.849	37.962
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	-	(26)
Dividendos recebidos		22.048	15.749	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		22.048	15.749	-	(26)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		(3.002)	(1.000)	(3.002)	(1.000)
Pagamento de empréstimos		-	-	(7.308)	(6.673)
Juros pagos de empréstimos		-	-	(14.103)	(14.779)
Pagamento de debêntures		-	-	(2.028)	(1.350)
Juros pagos de debêntures		-	-	(1.999)	(1.987)
Juros pagos APR		(19.348)	(14.247)	(19.348)	(14.247)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(22.350)	(15.247)	(47.788)	(40.036)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(433)	317	(1.939)	(2.100)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		513	196	14.555	16.655
No final do período		80	513	12.616	14.555
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(433)	317	(1.939)	(2.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

os direitos contratu



## SERTÕES HOLDING S.A.

CNPJ/ME 45.932.052/0001-34

juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contrários, sujeitos a juros.

**Desreconhecimento** - um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.2. Caixa e equivalente de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

**3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual** - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a LEST regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permissão (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 /IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que ocorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permissão (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidos são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

**3.4. Passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

**3.6. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissão, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: "I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

**3.7. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

**3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

**3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus

benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.10. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual.

**3.11. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

**3.12. Imposto de renda e contribuição social - a) Correntes** - O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência.

i) **Diferidos** - Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**3.13. Impostos sobre a receita - a) Impostos sobre serviços** - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

**3.14. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

**3.15. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2025** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. (a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; (b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**3.16. Normas emitidas mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. (v) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. Com relação aos tópicos i, iii, iv, v a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

**3.18 Outras considerações sobre os valores correspondentes:** Certos valores correspondentes da Demonstração do Resultado do Exercício referentes a 31 de dezembro de 2024, apresentado nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados em função do seguinte item: (a) Reclassificação para melhor comparabilidade

Nota	Consolidado		31/12/2024 Reclassificado
	31/12/2024 Divulgado	Ajuste	
Receita Líquida	(a) 107.326	-	107.326
Resultado operacional bruto	(a) 83.319	(4.151)	79.168
Despesas e receitas operacionais	(a) (4.687)	4.151	(536)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(a) 78.632	-	78.632

### Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora

Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Sertões Holding S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sertões Holding S.A (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

**Roberto Cesar Andrade dos Santos**  
Contador CRC RJ-093771/O

## País

### Marina e Renan

# Lula faz mais duas trocas em ministérios antes das eleições

Mais dois ministros do governo federal deixaram formalmente seus cargos ontem. Edição extra do Diário Oficial da União (DOU) trouxe as exonerações de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e de Renan Filho do Ministério dos Transportes.

Ambos concorrerão a cargos eletivos em outubro. Marina pode sair candidata ao Senado pelo estado de São Paulo, enquanto Renan deve concorrer ao governo de Alagoas, estado que ela já governou.

No Ministério do Meio Ambiente, o comando passa a ser de João Paulo Capobianco, então secretário-executivo da pasta e braço-direito de Marina Silva.

Na pasta dos Transportes, quem assume é George Palermo Santoro, que também ocupava o cargo de secretário-executivo, que é justamente o segundo na hierarquia do ministério.

Ao todo, cerca de 18 dos 37 ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terão saído

dos cargos para disputar as eleições. Trata-se de uma exigência da legislação eleitoral, segundo a qual ocupantes de cargos como ministros de Estado, governadores e prefeitos, que pretendem se eleger para outros cargos, têm que se afastar da função no prazo máximo de até seis meses antes da data das eleições. Este prazo, portanto, vence no próximo dia 4 de abril, já que o 1º turno das eleições será realizado no dia 4 de outubro.

A exigência da chamada desincompatibilização de cargos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), serve para impedir que haja abuso de poder econômico ou político nas eleições por meio do uso de recursos da administração pública, assegurando a paridade entre os candidatos em disputa.

A regra também vale para magistrados, secretários estaduais, membros do Tribunal de Contas da União (TCU), dos Estados (TCEs) e do Distrito Federal (TCDF).

### CEARÁ

# Governo inaugura alojamento estudantil do ITA em Fortaleza

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Educação, Camilo Santana, inauguraram na manhã de ontem, em Fortaleza, o alojamento estudantil do novo campus do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o ITA Ceará, localizado na Base Aérea da capital estadual.

Anunciado em 2023, o campus avançado do ITA será a segunda unidade do instituto e a primeira fora de São José dos Campos (SP).

O projeto é resultado da cooperação entre os ministérios da Educação e da Defesa, em parceria com o governo do Ceará, e visa descentralizar a formação de engenheiros e pesquisadores de alto nível.

Em discurso, o presidente Lula destacou desigualdades socioeducacionais em séculos de história e apontou a ampliação do acesso ao ensino superior de qualidade.

"O filho de um trabalhador

de fábrica terá a mesma oportunidade de disputar uma vaga com o filho de seu patrão. Não queremos tirar os filhos do patrão, mas apenas que os outros (estudantes) tenham a mesma chance de disputar a mesma vaga, com o mesmo professor, na mesma escola de qualidade".

Para o presidente Lula, o prédio do ITA Ceará representará oportunidade de desenvolvimento. "Nós tentamos garantir, no presente, que não parem de estudar para fazer um bico ajudando o pai ou a mãe; estamos dando a oportunidade para que se sentem junto a qualquer pessoa desse país, de qualquer origem social, para disputar a mesma vaga e tenham um diploma de doutor."

A estudante de engenharia mecânica do ITA e presidente do centro acadêmico Santos Dumont, Yasmin Batista Estevão, contou a própria trajetória educacional. Natural de Fortaleza, a jovem destacou que o fundador do ITA de São José dos Campos, há 76 anos, foi um contemporâneo dela [Marechal Casimi-

ro Montenegro Filho] e que o novo campus é um marco na educação brasileira.

"Este sonho começou de um cearense e, agora, volta às suas terras, para mais perto de milhares de famílias nordestinas e de jovens que por muito tempo acreditaram que esse sonho não lhes pertencia."

### CURSOS DO ITA CEARÁ

A nova unidade oferecerá engenharia de energia e engenharia de sistemas, dois cursos de graduação que não são lecionados na cidade do interior paulista.

O MEC justifica a escolha das duas graduações no estado nordestino pelo potencial local de produção de energias renováveis e de desenvolvimento de novas tecnologias, como o hidrogênio verde.

A previsão é que as atividades acadêmicas em Fortaleza tenham início em 2027.

Aos presentes, o ministro da Educação, Camilo Santana, destacou a escolha do Ceará como um polo de excelência para re-

ceber a maior escola de engenharia do Brasil e uma das melhores do mundo.

"Já há o primeiro bloco inaugurado, no modelo do ITA de São Paulo, o de engenharias, com laboratórios e salas de aula. Toda a área da base aérea está passando por reforma. E teremos a terceira etapa do ITA, como novos blocos."

O empreendimento de educação superior e de inovação tecnológica conta com investimentos federais de R\$ 445,4 milhões, destinados à construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para a unidade cearense.

### OBRAS DO CAMPUS

As autoridades também visitaram as obras do bloco das engenharias do instituto.

O novo campus do ITA no Ceará ocupa uma área total construída de 600 mil metros quadrados (m²). O edifício de três andares abrigará 14 laboratórios, oito salas de aula, biblioteca, sala de pesquisa e espaço para professores.



# MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site [www.V2Energia.com](http://www.V2Energia.com)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	69	550	3.005	1.693
Contas a receber de clientes	5	-	-	8.577	7.357
Dividendos a receber	11	3.940	-	-	-
Tributos a recuperar		357	352	1.071	1.111
Adiantamentos diversos		-	-	554	1.540
Total do Ativo Circulante		4.366	902	13.207	11.701
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	4.231	4.125
Depósitos judiciais e cauções		-	-	2.766	1.994
Impostos Diferidos		-	-	-	15
Investimentos	8	276.862	279.267	-	-
Imobilizado	9	-	-	276.207	287.257
Intangíveis		-	-	27	58
Direito de uso	7	-	-	6.388	6.834
Total do Ativo Não Circulante		276.862	279.267	289.619	300.283
Total do Ativo		281.228	280.169	302.826	311.984
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Fornecedores		3	18	780	2.279
Contas a pagar		-	-	2.545	221
Empréstimos	10	-	-	5.966	12.334
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	11.946	21.741	11.946	21.741
Dividendos a pagar	11	5.158	1.500	5.158	1.500
Passivo de arrendamento	7	-	-	496	496
Outros passivos circulantes		-	-	490	473
Total Passivo Circulante		17.107	23.259	27.381	39.044
Não Circulante					
Fornecedores		-	-	1.014	2.566
Empréstimos	10	-	-	-	5.563
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	112.557	122.968	112.557	122.968
Passivo de arrendamento	7	-	-	7.675	7.901
Provisão contingente	13	-	-	2.633	-
Impostos Diferidos		-	-	2	-
Total Passivo Não Circulante		112.557	122.968	123.881	138.998
Capital social	1	124.468	124.468	124.468	124.468
Reserva de lucros	14	27.096	9.474	27.096	9.474
Total Patrimônio Líquido		151.564	133.942	151.564	133.942
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		281.228	280.169	302.826	311.984

	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício		22.780	29.479	22.780	29.479
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Lucros líquido do exercício		22.780	29.479	22.780	29.479

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízo do Exercício	Total
			Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 31 dezembro 2023		124.468	6.332	2.663	-	133.463
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	29.479	29.479
Constituição de reserva legal	14	-	-	2.345	-	(2.345)
Constituição de reserva de lucro	14	-	4.466	-	(4.466)	-
Distribuição de reserva de lucros	14	-	(6.332)	-	-	(6.332)
Dividendos mínimos propostos	14	-	-	-	(6.783)	(6.783)
Dividendos adicionais aprovados	14	-	-	-	(15.885)	(15.885)
Saldos em 31 dezembro 2024		124.468	4.466	5.008	-	133.942
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	22.780	22.780
Constituição de reserva legal	14	-	-	2.146	-	(2.146)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(5.158)	(5.158)
Constituição de reserva de lucro	14	-	15.476	-	(15.476)	-
Saldos em 31 dezembro 2025		124.468	19.942	7.154	-	151.564

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.780	29.479	25.732	32.747
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>					
Depreciação - imobilizado		-	-	8.799	5.483
Depreciação - arrendamento		-	-	662	656
Amortização - intangível		-	-	-	21
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		-	-	851	1.752
Juros - arrendamento		-	-	966	1.003
Juros sobre APR		20.142	17.428	20.142	17.428
Baixa de imobilizado		-	-	408	(2)
Provisão (reversão) de contingências		-	-	2.633	-
PIS e COFINS diferido		-	-	(7)	(224)
Amortização da mais valia/agio		3.280	3.282	3.280	3.280
Equivalência Patrimonial		(46.326)	(50.193)	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira		-	-	(602)	(1.295)
Remensuração do direito de uso		-	-	216	-
Lucro ajustado		(124)	(4)	63.800	60.849
Variações dos Ativos e Passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(1.220)	1.931
Depósitos judiciais		-	-	(772)	(1.156)
Adiantamentos		-	-	986	(165)
Tributos a recuperar		(5)	(67)	(1.896)	(769)
Ativo fiscal diferido		-	-	15	490
Ativo de arrendamento		-	-	(216)	-
Outros ativos		-	40	-	43
Contas a pagar		-	-	2.324	(7.273)
Fornecedores e outras contas a pagar		(17)	18	(2.040)	745
Outros passivos		2	(1)	(1.095)	(28)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(144)	(14)	59.166	54.667
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(939)	(2.406)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(144)	(14)	58.227	52.261
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	(1.404)	(7.186)
Aquisição de intangíveis		-	-	31	-
Dividendos recebidos		41.511	51.700	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	496	11.556
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		41.511	51.700	(877)	4.370
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		(1.500)	(27.500)	(1.500)	(27.500)
Pagamento de empréstimos		-	-	(11.126)	(12.055)
Juros pagos de empréstimos		-	-	(1.656)	(2.857)
Obrigações por arrendamentos		-	-	(1.408)	(1.397)
Juros pagos APR		(20.056)	(17.460)	(20.056)	(17.460)
Pagamento da remuneração das APR		(20.292)	(8.740)	(20.292)	(8.740)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(41.848)	(53.700)	(56.038)	(70.009)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(481)	(2.014)	1.312	(13.378)
Varição do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		550	2.564	1.693	15.071
No final do período		69	550	3.005	1.693
<b>Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(481)</b>	<b>(2.014)</b>	<b>1.312</b>	<b>(13.378)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	15	-	-	72.378	70.721
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	-	-	(21.815)	(17.418)
Amortização da mais valia	8	-	-	(3.280)	(3.280)
Resultado operacional bruto		-	-	47.283	50.023
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais		(107)	(197)	(1.437)	(250)
Amortização da mais valia	8	(3.280)	(3.280)	-	-
Participação de equivalência patrimonial	8	46.326	50.193	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		42.939	46.716	45.846	49.773
Despesas financeiras	17	(20.188)	(17.472)	(22.071)	(20.277)
Receitas financeiras	17	29	235	1.957	3.251
Resultado financeiro líquido		(20.159)	(17.237)	(20.114)	(17.026)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		22.780	29.479	25.732	32.747
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	-	(2.944)	(3.044)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	(8)	(224)
Resultado líquido do exercício		22.780	29.479	22.780	29.479
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	22.780	29.479

### Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). A Monte Pascoal Holding S.A. foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas. Em 26 de janeiro de 2023, a companhia Enerbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada pela companhia Monte Pascoal Holding S/A que por sua vez é uma controlada integral da V2 Energia S.A. A Companhia em 2025 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. Reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável e está implementando medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

**1.1. Informações sobre a controlada - Energética Serra da Prata S/A - A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"),** com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis:**

**2.1. Declaração de Conformidade -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026.

**2.2. Moeda funcional e de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

**2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**3 Práticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

**3.1. Caixa e equivalente de caixa -** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

**3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração -** São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de valores dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

**Mensuração subsequente -** Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

### Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Avaliação do modelo de negócio -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas

**MONTE PASCOAL HOLDING S.A.**

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07



transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **3.8. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. **3.9. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.11. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. **3.16. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Monte Pascoal Holding S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025** - 3.17.1. **Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.17.2. **Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras. **3.18 Outras considerações sobre os valores correspondentes** - Certos valores correspondentes da Demonstração do Resultado do Exercício referentes a 31 de dezembro de 2024, apresentado nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados em função do seguinte item:

(a) Reclassificação para melhor comparabilidade

Nota	Consolidado		31/12/2024 Reclassificado
	31/12/2024 Divulgado	Ajuste	
Receita Líquida	(a) 70.721	-	70.721
Resultado operacional bruto	(a) 53.303	(3.280)	50.023
Despesas e receitas operacionais	(a) (3.530)	3.280	(250)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(a) 49.773	-	49.773

**Diretoria Executiva**Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora  
Vagner Alexandre Serratto - Diretor**Responsável técnico pelas demonstrações contábeis**  
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F**Roberto Cesar Andrade dos Santos**  
Contador CRC RJ-093771/O**País****STF**

# Empresário é acusado de pagar R\$ 4,5 mil por dados de ministros

BRUNO PERES/ABRASIL

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL



O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a expedição de mandados de prisão e de busca e apreensão contra o empresário Marcelo Paes Fernandez Conde, acusado de financiar um esquema ilegal de acesso a dados financeiros de ministros da Corte, seus parentes e outras autoridades.

As medidas foram determinadas na segunda fase da Operação Exfil, que investiga a venda dos dados. Até o momento, o empresário, que mora no Rio de Janeiro, não foi encontrado pelos agentes da Polícia Federal (PF).

De acordo com as investigações, Conde é acusado de financiar o esquema de extração ilícita de informações fiscais que, por serem protegidas por lei, são sigilosas.

Os investigadores da PF apontaram que Marcelo Conde teria fornecido listas de CPFs e realizado pagamento em espécie de R\$ 4,5 mil para receber os dados, que eram acessados ilegalmente por servidores da Receita, funcionários terceirizados, despachantes e intermediários nos sistemas do Fisco e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Diante do material apurado pela PF, Alexandre de Moraes também determinou a quebra dos sigilos telemáticos de celulares e dados telemáticos em nuvem que pertencem ao acusado. As medidas contaram com aval da PGR.

“Tomamos conhecimento hoje das medidas decretadas contra nosso constituinte, mas ainda não tivemos acesso à decisão. De imediato, formulamos um requerimento para acessá-la e agora aguardamos o acolhimento do pedido para a adoção de providências”, declarou a defesa.

também descobriram que, além de ministros do STF e seus parentes, também tiveram os dados fiscais acessados irregularmente o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), deputados federais, ex-senadores, dirigentes de agências reguladoras e um ex-governador. No total, o esquema teria acessado os dados de 1.819 pessoas.

Em nota, o advogado Nélio Machado informou que a defesa do empresário ainda não teve acesso à decisão do ministro que determinou as medidas.

“Tomamos conhecimento hoje das medidas decretadas contra nosso constituinte, mas ainda não tivemos acesso à decisão. De imediato, formulamos um requerimento para acessá-la e agora aguardamos o acolhimento do pedido para a adoção de providências”, declarou a defesa.

**CRÍTICA**

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, classificando o conflito como "desnecessário". Lula disse ainda que é "mentirosa" a justificativa usada pelos dois países sobre o desenvolvimento de armas nucleares por parte da nação persa.

"Os Estados Unidos da América do Norte se meteram a fazer uma guerra desnecessária no Irã, alegando que, no Irã, tinha arma nuclear ou que estavam tentando fazer arma nuclear. É mentira".

"Eu digo que é mentira porque eu fui, em 2010, ao Irã, fazer um acordo. E fizemos um acordo que, depois, os EUA não aceitaram nem a União Europeia. Fizemos um acordo para que o Irã pudesse enriquecer o urânio com os mesmos métodos que o Brasil, porque, aqui, nossa Constituição diz que a gente só pode utilizar para fins pacíficos", afirmou o presidente em Fortaleza, durante entrevista ao vivo à TV Cidade.

Lula fez menção ao último ano de seu segundo mandato, quan-

do, durante uma visita oficial ao Irã, costurou um acordo sobre enriquecimento de urânio para fins energéticos e não militares. O acordo acabou fracassando pela falta de apoio do governo dos EUA, comandado na época por Barack Obama.

"Não tem arma nuclear lá. Ou seja, se tem uma divergência política entre Israel, Estados Unidos e Irã, não precisava terminar em guerra. Eles achavam que tinham acabado a guerra porque mataram o Khamenei. Não acabaram a guerra. O Irã é um país com quase 100 milhões de habitantes e uma cultura milenar", acrescentou o presidente.

**PREÇO DO DIESEL**

Lula voltou a manifestar preocupação com a escalada no preço do óleo diesel no Brasil, que depende da importação de 30% do que consome.

Impactado pela volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, o combustível é a base do transporte rodoviário de cargas, o que atinge cadeias produtivas de alimentos e produtos.

O presidente reforçou que está em curso um monitoramento pa-

ra identificar aumentos abusivos e que o governo tomou todas as medidas possíveis para conter o encarecimento.

"Nós estamos, com a Polícia Federal, com todos os Procons dos estados, fiscalizando, e vamos ter que colocar alguém na cadeia. (A fiscalização) está ativa, minha ordem é para estrada, posto de gasolina".

"A Petrobras baixa o preço, mas não chega na bomba. Quando a gente tinha a BR Distribuidora, podia chegar na bomba, porque o posto era nosso", observou Lula, comparando a situação atual com a que existia antes da privatização da BR Distribuidora, no governo Bolsonaro.

A expectativa do governo federal é publicar, ainda nesta semana, uma medida provisória (MP) que cria um subsídio ao diesel importado, com desconto de R\$ 1,20 por litro.

A informação foi confirmada na terça-feira pelo ministro Darro Durigan, que afirmou que o governo tenta garantir a adesão de todos os estados antes da publicação.

A proposta prevê que o custo total de R\$ 3 bilhões, ao longo de

dois meses, seja dividido igualmente entre a União e os estados.

A iniciativa tem como objetivo conter a alta dos combustíveis e evitar riscos de desabastecimento, diante da defasagem entre os preços internos e o mercado internacional. Cerca de 80% dos estados brasileiros já indicaram adesão à proposta de subsídio ao diesel importado, segundo o Ministério da Fazenda.

**UM MÊS DE GUERRA**

Os ataques combinados de Estados Unidos e Israel contra o território iraniano completaram um mês nesta semana, ainda sem perspectiva concreta de um acordo que ponha fim ao conflito.

Autoridades importantes do país persa estão entre os mortos, incluindo o líder supremo, Ali Khamenei.

O conflito levou ao fechamento do Estreito de Ormuz, rota controlada pelo Irã por onde circulam cerca de 20% dos carregamentos de petróleo no mercado internacional. Como consequência, o preço no barril já aumentou cerca de 50%. Pesquisadores já apontam riscos ambientais e climáticos associados ao conflito.

**Nota****MORAES MARCA DEPOIMENTO DE EDUARDO BOLSONARO EM PROCESSO NO STF**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para o dia 14 de abril o interrogatório do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) na ação penal que trata da acusação de coação no curso do processo. Desde o ano passado, Eduardo, que é filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados. Conforme a decisão do ministro, o interrogatório deve ser realizado por videoconferência. O ex-deputado não é obrigado a participar da audiência. Antes de marcar o depoimento, Moraes determinou a

notificação de Eduardo por edital, mas ele não foi encontrado nem indicou advogado particular. Diante da situação, o ministro autorizou que a defesa seja realizada pela Defensoria Pública da União (DPU). Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. No final de 2025, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu cassar o mandato dele. A decisão foi tomada após Eduardo deixar de comparecer a um terço do total de sessões deliberativas da Câmara dos Deputados, como prevê a Constituição.

## SENADO

# Governo oficializa indicação de Jorge Messias ao STF

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Presidência da República informou ter feito a entrega, na tarde desta quarta-feira, da documentação do advogado-geral da União, Jorge Messias, formalizando sua indicação à vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A documentação era aguardada para dar sequência ao processo de análise do nome do advogado, que será agora apreciado pelo Senado Federal.

O envio foi confirmado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

A indicação oficial ocorre pouco mais de quatro meses após o anúncio do nome pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 20 de novembro do ano passado.

A escolha do indicado é uma prerrogativa constitucional exclusiva do presidente da República.

Para tomar posse, no entanto, Messias precisará passar por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e ter o nome aprovado em votação tanto no colegiado quanto no plenário da Casa.

A escolha da relatoria e a definição das datas da sabatina e da votação em plenário caberá agora ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Messias foi indicado para a vaga do ministro Luís Roberto

Barroso, que anunciou aposentadoria antecipada da Corte e deixou o tribunal em outubro de 2025.

Na terça-feira, um dia antes de ter a documentação enviada, o chefe da AGU enviou uma declaração sobre o diálogo com os senadores para ter seu nome aprovado.

"Continuarei meu empenho pela pacificação e estabilidade. Como profissional do Direito, sempre valorizei o diálogo e a conciliação como as melhores maneiras de resolver conflitos. Reafirmarei meu compromisso com essas credenciais", afirmou.

Messias tem 45 anos de idade e poderá ficar no Supremo pelos próximos 30 anos, quando com-

pletará 75 anos, idade para aposentadoria compulsória.

Jorge Messias está no comando da AGU desde 1º de janeiro de 2023, início do terceiro mandato de Lula.

Nascido no Recife, o futuro ministro é procurador concursado da Fazenda Nacional desde 2007. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE) e tem os títulos de mestre e doutor pela Universidade de Brasília (UnB).

Durante o governo da presidente Dilma Rousseff, Messias foi subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. O setor é responsável pelo assessoramento direto do presidente da República.

## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist Arcebispo do Rio de Janeiro

### Entre a terra e o céu

Na Antiguidade, a crucifixão não era apenas um método de execução, mas a suprema negação da dignidade humana. O condenado, suspenso no madeiro, ocupava um não-lugar: era considerado indigno de tocar a terra e, simultaneamente, rejeitado pelo céu. Essa posição intermediária carregava um peso simbólico vil, remetendo ao domínio do "príncipe do poder do ar" (Ef 2,2), onde as forças caóticas e diabólicas pareciam triunfar sobre o corpo exaurido. Jesus, ao assumir o lugar da ignomínia, ressignifica essa suspensão. O que era lugar de morte torna-se o ponto de convergência da nova criação. Ao ser levantado da terra, Ele cumpre sua promessa: "E, quando eu for levantado da terra, atrairei todos a mim" (Jo 12,32). A cruz deixa de ser um patíbulo de isolamento para tornar-se o eixo onde a terra e o céu são unidos pelo amor sacrificial.

Nessa suspensão entre o humano e o divino, Cristo profere suas sete últimas palavras, que constituem seu último itinerário catequético antes da Páscoa. Ao dizer "Pai, perdoa-lhes" (Lc 23,34) e "Tenho sede" (Jo 19,28), Jesus estende o braço horizontal da cruz, abraçando a miséria, o pecado e a necessidade humana. Quando se volta ao bom ladrão e declara: "Hoje estarás comigo no Paraíso" (Lc 23,43), Nosso Senhor revela que o Reino pertence aos corações arrependidos. Em outro momento, ao confiar Maria — agora em condição de vulnerabilidade — ao discípulo amado, dizendo: "Mulher, eis aí o teu filho" / "Eis aí a tua mãe" (Jo 19,26-27), manifesta que acolhe e reúne todos aqueles que se abrem ao amor e ao cuidado mútuo. Ao exclamar "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" (Mt 27,46) e, por fim, "Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito" (Lc 23,46), Ele traça a haste vertical, mergulhando no abismo da experiência humana de abandono para elevá-la novamente ao seio do Pai.

Cada palavra pronunciada no alto do Calvário é um ponto de contato entre a finitude e a eternidade. O "Está consumado" (Jo 19,30) não é o grito de quem apenas conclui uma tarefa penosa, mas o selo de que a comunhão entre o céu e a terra, antes ferida pelo pecado, foi restaurada pelo Amor. Tudo isso manifesta o poder de atração que a cruz continua a exercer sobre a humanidade. Suspenso no madeiro, Nosso Senhor transforma o instrumento de morte em sinal de salvação. Aquilo que foi objeto de infâmia passa a ser elevado no alto das igrejas, inscrito na história e assumido como símbolo da vitória do amor.

O sinal de morte reverbera em vida por meio de uma luta espiritual contra a natureza decaída. Para que o "homem novo" surja, o "homem velho" precisa morrer junto à cruz. Por isso, Jesus se apresenta desfigurado, sem aparência, como profetizou Isaías: "Desprezado e rejeitado pelos homens, homem das dores e experimentado no sofrimento" (Is 53,3). Essa face desfigurada é, na verdade, o espelho da alma humana ferida pelo pecado; Cristo assume nossa deformidade para nos devolver a beleza original. A cruz, portanto, deixa de ser objeto de infâmia para tornar-se a nova Árvore da Vida, cujos frutos alimentam a Igreja por meio dos sacramentos. O sangue derramado na história se torna alimento na Eucaristia, "porque a minha carne é verdadeira comida e o meu sangue é verdadeira bebida" (Jo 6,55).

Edith Stein, em sua profunda imersão no mistério da ciência da cruz, compreende que a cruz não é estática, mas dinâmica: "A cruz não é um fim em si mesma. Ela se ergue e aponta para o alto" (STEIN, 2014, p. 24). Para ela, a cruz é instrumento nas mãos do Divino Artista: "Não é somente sinal, é a arma forte de Cristo. É a vara do pastor, com que o Davi divino vai ao encontro do Golias das trevas e com a qual o golpeia, abrindo a porta do céu" (STEIN, 2014, p. 24). Essa "arma" não fere para destruir, mas para curar. Trata-se do paradoxo da redenção: Cristo aceita ser ferido para que suas chagas se tornem remédio para as nossas. Assim, a cruz revela sua força de transformar o sofrimento em oferta e a dor em intercessão.

A experiência mística, como propõe Stein, culmina em uma verdadeira transverberação. Onde o pecado abriu feridas de egoísmo, o sacrifício de Cristo realiza a cura: "O suave cautério do amor cauteriza as feridas da miséria e do pecado, transformando-as em feridas de amor" (STEIN, 2014, p. 162). Deixar-se tocar por esse amor é o caminho para a restauração interior. Onde o mundo vê um homem derrotado entre o céu e a terra, a fé reconhece o Amor que desce às profundezas da condição humana para elevá-la. Assim, a vida cristã consiste nesse contínuo elevar do olhar para o Cristo crucificado, reconhecendo que, embora vivamos na terra, fomos resgatados para o céu pela força de um Amor que não recusou a cruz para nos conceder a eternidade.

Diante desse mistério, a cruz deixa de ser apenas contemplada e passa a exigir uma resposta concreta. Não basta admirar o amor de Cristo; é necessário permitir que ele transforme as estruturas mais profundas da vida. Isso implica aprender a perdoar quando é mais fácil revidar, a permanecer fiel quando tudo convida à desistência, e a amar quando o amor parece custar demais. A cruz, então, revela sua verdade mais exigente: ela não apenas salva, mas conforma. Quem a acolhe não permanece o mesmo, pois é lentamente configurado ao Cristo que, do alto do madeiro, ensina que a verdadeira vitória não está em evitar o sofrimento, mas em atravessá-lo com amor até o fim.

# Otto Alencar mantém Weverton Rocha como relator da sabatina de Messias

PEDRO PENTEADO/AE

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), decidiu manter o senador Weverton Rocha (PDT-MA) como relator da sabatina de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Alencar, o procedimento seguirá o rito regimental: após a leitura da mensagem presidencial na CCJ, os senadores terão vista coletiva do processo e, em seguida, a sabatina será agendada.

A decisão mantém Rocha no cargo mesmo após ele ter sido alvo de busca e apreensão em dezembro do ano passado, em nova fase da Operação Sem Descuento, da Polícia Federal. A investigação apura irregularidades em descontos associativos cobrados de aposentados e pensionistas do INSS.

O governo enviou ao Senado, ontem, a mensagem presidencial que formaliza a indicação. Rocha já havia sinalizado que apresentará parecer favorável a Messias, por entender que o ad-

vogado-geral da União "preenche todos os requisitos necessários para ocupar a vaga".

O avanço do processo, porém, depende do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a quem cabe encaminhar a indicação à CCJ e definir o calendário de votação. Como publicado pelo Estadão, Alcolumbre ficou insatisfeito com Lula após o presidente anunciar publicamente, durante reunião ministerial na terça-feira, que enviaria o nome ao Senado sem antes comunicar o presidente da

Casa. Segundo aliados, ele avalia que a indicação corre risco de rejeição, diante da articulação da oposição liderada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Integrantes da base governista avaliam, no entanto, que Messias reúne os votos necessários para ser aprovado e defendem que a votação ocorra o mais cedo possível. A preocupação é que o calendário eleitoral e o risco de uma delação de Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, possam dificultar a aprovação no segundo semestre.

## ELEIÇÕES

# Rodrigo Pacheco se filia ao PSB de Alckmin para disputa em MG

GUILHERME CAETANO/AE

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) filiou na noite de ontem, o ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de olho no apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à sua pré-candidatura ao governo de Minas Gerais.

O ato da filiação foi feito no diretório nacional do PSB, em Brasília, e contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), do presidente nacional da sigla e ex-

prefeito de Recife, João Campos, e do ministro do Emprego, Márcio França (PSB).

Pacheco deixou o PSD de Gilberto Kassab, que passou a ocupar o governo de Minas com Matheus Simões, vice de Romeu Zema (Novo), que se desincompatibilizou do cargo em meio a negociações para a eleição presidencial em outubro.

O PSD lançou nesta semana o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, como postulante ao

Palácio do Planalto, depois da desistência do governador paraense, Ratinho Júnior.

Agora, num partido aliado do PT, Pacheco terá o caminho livre para disputar o governo mineiro. E poderá ter o apoio de Lula sem constrangimentos nem resistências internas.

O convite para Pacheco se filiar ao PSB foi feito num jantar com Alckmin, João e o ex-presidente da legenda, Carlos Siqueira, na semana passada. O

argumento usado pelos socialistas para tentar convencer o senador foi de que, diferentemente de outros partidos em Minas, o PSB estaria fechado em torno de sua candidatura ao governo estadual.

O raciocínio visava demovê-lo da ideia de embarcar em outros partidos como, por exemplo, o MDB, que tem como pré-candidato o ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo. A costura teve êxito.

## DESINFORMAÇÃO

# Anvisa rebate fake news e reforça segurança da vacina contra gripe

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) veio a público nesta semana para reforçar a segurança da vacina contra a gripe após a circulação de conteúdos desinformativos sobre o imunizante nas redes sociais.

A campanha nacional de vacinação contra a doença foi iniciada no último sábado, e especialistas reforçam que a imunização é a melhor forma de evitar complicações e mortes pela doença.

As postagens citam que substâncias presentes no imunizante seriam danosas ao organismo. Uma delas é o mercúrio, usado no produto na forma de timerosal.

A agência, no entanto, reforça que a substância não oferece risco algum. O mercúrio atua como conservante, impedindo o crescimento de bactérias e fungos em

frascos que contêm várias doses. "A quantidade (usada na vacina) é ínfima e muitos estudos comprovam que essa formulação específica é eliminada rapidamente pelo corpo, sem causar danos ao sistema nervoso ou aos rins", detalha a Anvisa, na nota.

Outro alvo das fake news é o Octoxynol-10 (Triton X-100). Os conteúdos sugerem que o componente causaria doenças autoimunes ou câncer. A agência ressalta que as informações não têm base científica.

O componente, segundo a Anvisa, é um detergente usado para fragmentar o vírus durante a fabricação. Ele garante que o vírus seja inativado (morto) e não cause a doença.

"Apenas traços residuais permanecem no produto final. O Triton X-100 é amplamente utilizado em cosméticos e medicamentos

aprovados no mundo inteiro, sem qualquer indício de que cause malformação ou doenças graves", explica.

Os conteúdos também compararam o formaldeído da vacina com o "formol" usado em produtos cosméticos, alegando que o componente seria cancerígeno.

A Anvisa esclarece que a informação é enganosa. Ela cita que o próprio corpo humano produz formaldeído como parte do metabolismo das células. "O sangue de um bebê, por exemplo, possui naturalmente uma concentração muito maior da substância do que qualquer vacina."

"O formaldeído só é considerado cancerígeno em exposições industriais altas e prolongadas. Nas vacinas, ele é usado em doses residuais mínimas apenas para inativar o vírus, sendo incapaz de causar leucemia ou outros tumores", adiciona.

A Anvisa ainda destaca que monitora de forma contínua a segurança das vacinas. "O risco real não está nos componentes do imunizante, mas sim nas complicações da gripe, que podem evoluir para pneumonia e óbito."

Em reportagem recente do Estadão, Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), destaca que, embora existam grupos de alto risco, desfechos graves podem acontecer com qualquer pessoa.

A vacina influenza trivalente é oferecida gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e é indicada, prioritariamente, para crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses, idosos e gestantes.

De acordo com o Ministério da Saúde, o esquema vacinal para crianças de 6 meses a 8 anos de- pende do histórico de vacinação.



## DOENÇA

## Ministério confirma caso de sarampo em mulher no Rio

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério da Saúde confirmou ontem um caso de sarampo na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a pasta, trata-se de uma mulher de 22 anos, sem registro de vacinação, que trabalha em um hotel no município.

Em nota, o ministério informou que, após a notificação, foram adotadas medidas imediatas de investigação, vacinação de bloqueio na residência da paciente, no local de trabalho e no serviço de saúde, além de uma varredura na região para identificação de possíveis outros casos.

"O Ministério da Saúde está acompanhando a investigação de forma articulada com as secretarias municipal e estadual de Saúde", destacou o comunicado.

Este é o segundo caso de sarampo registrado no Brasil em 2026. O primeiro caso foi identificado em São Paulo no início de março: uma criança de 6 meses, moradora da zona norte da capital, com histórico recente de viagem a La Paz, na Bolívia, país com surto ativo da doença.

A época, foi realizado bloqueio vacinal na região onde a criança vive e que, de acordo com o ministério, contava com mais de 600 doses contra o sarampo aplicadas entre os meses de janeiro e fevereiro.

Na nota, a pasta reforçou que os casos não alteram o status do Brasil, que segue livre da circulação endêmica do sarampo.

"O país mantém esse cenário mesmo após a perda da certificação regional das Américas, em razão de surtos em países como Estados Unidos, Canadá e México".

O comunicado diz ainda que em 2025, o Ministério da Saúde interrompeu a transmissão dos 38 casos importados no país "com resposta rápida baseada em vigilância, vacinação e bloqueio, estratégia reconhecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)".

## ENTENDA

O sarampo é uma doença infecciosa altamente contagiosa que já respondeu como uma das principais causas de mortalidade infantil em todo o mundo.

O Ministério da Saúde destaca que, apesar de avanços significativos no controle e na prevenção por meio da vacinação, o sarampo ainda representa um desafio importante para a saúde pública, sobretudo em regiões com baixas taxas de imunização.

A pasta alerta ainda que o sarampo se caracteriza por sintomas que podem ser confundidos com outras doenças virais e, portanto, exige atenção e conhecimento para ser identificado e tratado adequadamente.

O paciente com sarampo apresenta erupções avermelhadas na pele e coceira intensa nas mãos. A transmissão do vírus é de pessoa a pessoa, por via aérea, ao tossir, espirrar, falar ou respirar.

Ainda segundo o ministério, o sarampo é considerado tão contagioso que uma única pessoa infectada pode transmitir o vírus para 90% das pessoas próximas a ela que não estejam imunes.

A transmissão pode ocorrer entre seis dias antes e quatro dias após o aparecimento das manchas vermelhas pelo corpo.

## GUERRA

## Irã e Omã vão decidir futuro do Estreito de Ormuz

PEDRO LIMA/AE

O ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araghchi, afirmou que o futuro do Estreito de Ormuz será definido por Irã e Omã, ao indicar que a via marítima "está nas águas internas" dos dois países e que eventuais arranjos após a guerra "são uma questão relacionada ao Irã e a Omã". Os comentários acontecem após reiteradas ameaças dos EUA nos últimos dias de tomada do Estreito de Ormuz, com Donald Trump chegando a chamar o local de

"Estreito Trump".

Em entrevista à Al Jazeera, Araghchi disse que o Estreito segue aberto, mas restrito a países em conflito com o Irã. "Durante a guerra, não podemos permitir a passagem daqueles que estão em guerra conosco", declarou, acrescentando que embarcações de países considerados "amigos" têm obtido trânsito seguro mediante acordos.

O chanceler negou que haja negociações em curso com os Estados Unidos, afirmando que existe apenas troca de mensagens, inclusive por intermediários. "Neste momento, não há

negociação entre nós", disse. Segundo ele, propostas mencionadas pela imprensa, como um plano americano de 15 pontos, são apenas especulações e não foram formalmente respondidas.

Araghchi reiterou que Teerã não aceita cessar-fogo e condiciona qualquer diálogo ao fim completo do conflito na região, com garantias contra novos ataques e compensações. "Não há base para negociação", afirmou. Ele também criticou prazos impostos por Washington: "Não aceitamos deadlines".

O ministro acrescentou que o Irã está preparado para prolon-

gar o confronto pelo tempo necessário e que continuará a atingir alvos americanos na região, negando ataques deliberados a países vizinhos.

Em paralelo, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, afirmou que qualquer iniciativa sobre a navegação no Estreito de Ormuz deve se basear no consenso entre os países litorâneos. Segundo ela, transferir o controle a terceiros ou criar mecanismos supranacionais sem o consentimento de todos os Estados do Golfo "não contribuirá para a desescalada".

## Emirados Arábes e Bahrein articulam medidas na ONU para liberar Ormuz

MATHEUS ANDRADE/AE

Os Emirados Árabes Unidos apelaram à Organização das Nações Unidas (ONU) para que autorize uma série de medidas, incluindo o uso da força, para reabrir o Estreito de Ormuz, enquanto os países do Golfo Pérsico pressionam o Irã para restabelecer a livre passagem ao longo do vital corredor energético global.

Em carta vista pela Bloomberg endereçada ao secretário-geral da ONU, António Guter-

res, e ao presidente do Conselho de Segurança, Mohamed Abushahab, o embaixador dos Emirados Árabes Unidos junto à ONU, solicitou ao Conselho que tome "medidas imediatas" a fim de "garantir a navegação segura e protegida, bem como os direitos e liberdades de navegação dentro e ao redor do Estreito de Ormuz".

Uma versão revisada da proposta sobre o tema do Bahrein obtida pela Associated Press para proteger a navegação co-

mercial dentro e ao redor da hidrovia removeu a autorização explícita para ação militar, embora mantenha a linguagem associada a ela. A votação sobre a nova versão está prevista para amanhã, segundo um diplomata da ONU que não estava autorizado a comentar sobre planos ainda não divulgados.

O texto original havia sido incluído no Capítulo Sete da Carta da ONU, que permite ao Conselho autorizar ações que variam de sanções ao uso da força. Mas

enfrentou oposição dos aliados permanentes do Irã no Conselho de Segurança, China e Rússia, ambos membros com poder de veto. Os EUA e os países do Golfo, incluindo os Emirados Árabes Unidos, vinham fazendo lobby em favor da proposta.

O diplomata disse que a linguagem atenuada ainda será difícil de aceitar para a China e a Rússia, mas espera-se que obtenha os votos necessários para ser aprovada pelo Conselho de 15 membros.

## REINO UNIDO

## Starmer conversa com Alemanha, Otan e Ucrânia sobre guerras

LAÍS ADRIANA/AE

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, conversou com líderes europeus sobre as guerras no Leste da Europa e no Oriente Médio em ligações ao longo de ontem. Dentre os tópicos discutidos, as autoridades abordaram planos para garantir a restauração da navegação pelo Estreito de Ormuz.

Starmer conversou, separadamente, com o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan),

Mark Rutte, o chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky.

Em relação a Europa, o premiê britânico discutiu a situação na Ucrânia e o progresso sendo feito nas negociações de paz, além de medidas para pressionar o presidente da Rússia, Vladimir Putin a "se engajar" na busca por um cessar-fogo - incluindo ao reforçar sanções econômicas.

Com Zelensky, Starmer citou o comprometimento de maior

apoio britânico na defesa aérea da Ucrânia e questionou sobre a recente viagem do presidente ucraniano a países do Golfo, repletando como os parceiros podem ajudar a liberar o fluxo de comércio.

Na ligação com Merz e Rutte, Starmer delineou planos para a reunião de ministros das Relações Exteriores amanhã para discutir a situação no Oriente Médio. O encontro convocado pelo Reino Unido deve reunir 35 países.

O premiê britânico e o chan-

celer alemão falaram ainda sobre como o Reino Unido tem ajudado em operações de defesa no Golfo, incluindo no uso de bases britânicas por forças militares dos EUA. Ambos também demonstraram preocupação com a lei aprovada por Israel para ampliar o uso da pena de morte e a violência crescente na Cisjordânia.

Todos concordaram em continuar em contato nos próximos dias, conforme comunicados divulgados pelo governo britânico.

## BRINCADEIRA

## Primeira-ministra do Japão surpreende Macron com golpe de 'Dragon Ball'

A primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi (foto), surpreendeu o presidente da França, Emmanuel Macron, o golpe "Kamehameha", do anime japonês Dragon Ball. A brincadeira rendeu risos e aconteceu após uma reunião focada na cooperação internacional entre a França e o Japão, em Tóquio, ontem.

No desenho, o personagem principal, Goku, junta as mãos abertas em direção ao oponente e lança um feixe de energia.

Durante o evento, Macron pediu um cessar-fogo no Oriente Médio. Depois, afirmou que ambos os países acreditam no direito internacional, na ordem internacional e nos valores democráticos "É por isso que... defendemos um cessar-fogo, calma e a livre passagem pelo Estreito de Ormuz", disse.

Takaichi disse que os dois líderes concordaram sobre a importância de reduzir rapidamente a escalada do conflito e garantir a segurança da via ma-

ritima estratégica e o fornecimento estável de mercadorias.

"Com o ambiente internacional cada vez mais severo, acredito que é especialmente significativo que os líderes do Japão e da França aprofundem nossa amizade e cooperação", declarou Takaichi em entrevista coletiva conjunta no Palácio de Akasaka, em Tóquio.

Os líderes também disseram ter concordado em aprofundar a cooperação em defesa, desenvolvimento de terras raras, energia nuclear, espaço e outras áreas.

Nos últimos anos, Japão e França reforçaram sua cooperação em defesa no Indo-Pacífico. A França, que mantém tropas, cidadãos e recursos na região, busca proteger seus interesses e demonstrar presença ao lado de democracias alinhadas, preocupadas com a crescente influência da China.

Na terça-feira, o ministro da Defesa do Japão, Shinjiro Koizu-



WIKIPÉDIA

e França firmaram um acordo para um projeto conjunto de terras raras.

A China controla a maior parte da produção global de terras raras, usadas na fabricação de ímãs potentes e resistentes ao calor em setores como defesa e veículos elétricos.

Macron e Takaichi também disseram ter concordado em cooperar no desenvolvimento de um reator rápido e em um programa de reciclagem de combustível nuclear, área em que o Japão enfrenta dificuldades.

Na quinta-feira, Macron e Takaichi devem visitar uma empresa especializada em tecnologia de remoção de detritos espaciais, como parte da cooperação entre os dois países na área espacial. Em seguida, Macron terá um encontro de cortesia com o imperador Naruhito e participará de um almoço no palácio antes de seguir viagem para a Coreia do Sul.

## DESCASO

## Morre paciente que recebeu transplante de órgão com HIV

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

Um dos seis pacientes que recebeu transplante de um órgão infectado pelo vírus HIV, em outubro de 2024, morreu no último dia 18, segundo informações confirmadas ontem pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ).

A vítima era uma mulher de 64 anos e estava em acompanhamento médico desde a confirmação da infecção. A causa da morte ainda está em investigação.

A SES-RJ lamentou a morte e informou que a paciente recebeu assistência desde o diagnóstico. Ela estava internada em unidade especializada.

"Há um ano e cinco meses, ela vinha recebendo total assistência, era monitorada diariamente pela equipe multidisciplinar da Secretaria. Em julho do ano passado, a paciente foi indenizada pelo Governo do Estado", divulgou a nota da secretaria, que disse que continuará a oferecer suporte psicológico aos familiares.

O episódio ocorreu em outubro de 2024, quando autoridades de saúde confirmaram que seis pacientes transplantados no estado do Rio de Janeiro foram infectados por

HIV, após receberem órgãos de doadores contaminados.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde, dois doadores testaram positivo para o vírus, o que levou à infecção dos receptores. O caso foi classificado pelas autoridades como "sem precedentes e inadmissível".

## LAUDO FRAUDULENTO

O caso desencadeou uma série de investigações conduzidas por diferentes órgãos, incluindo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil e o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo as investigações, o laboratório PCS Saleme, contratado pelo governo estadual em dezembro de 2023, por intermédio da Fundação Saúde, para fazer exame de sorologia, emitiu laudos fraudulentos, que não acusaram a presença do HIV em órgãos de dois doadores.

Após o caso ter sido tornado público, o laboratório PCS Saleme foi interditado pela Vigilância Sanitária estadual e o contrato com o governo do estado rescindido. O escândalo provocou a renúncia da direção da Fundação Saúde.